



1290001468



TCC/UNICAMP Si38a



Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Economia

---

# “A análise do desenvolvimento em Celso Furtado”

-Monografia -

---

Renato Morita Forastieri da Silva RA002390

Professor orientador: Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Campinas-SP

02/01/2005

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1.Visão de Conjunto.....</b>	<b>2</b>
<b>2.Do excedente social ao processo de acumulação.....</b>	<b>9</b>
<b>3.O capitalismo.....</b>	<b>24</b>
<b>4.Desenvolvimento e subdesenvolvimento.....</b>	<b>36</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>42</b>

## Introdução

Uma observação preliminar é a de que, de um ponto de vista lógico, a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado se apresenta num formato “circular”, ou melhor, “em espiral”. Ou seja, o entendimento de cada conceito está atrelado a apreensão dos demais. De modo que suas proposições formam um todo de tamanha interdependência que se torna imensamente difícil determinar um ponto de partida para a exposição de suas idéias. É presumível que isto seja o resultado da própria forma com que Furtado construiu sua teoria: refinando progressivamente um mesmo esboço. Ao mesmo tempo, sem deixar de reformular sua visão do desenvolvimento a medida em que seus avanços sobre o estudo do tema o obrigavam. Cientes de nossa pretensão, sugerimos ser esse um dos motivos que tornaram sua obra tão controversa e sujeita a tantas interpretações.

Este trabalho foi baseado, principalmente, em cinco de suas obras: *Prefácio a Nova Economia Política*, *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, *Dialética do Desenvolvimento*, *Cultura e Desenvolvimento*, e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. A presente sistematização buscou explicitar algumas articulações entre as múltiplas dimensões que compõem o desenvolvimento, como percebido na seguinte passagem:

*“(...)transformação da sociedade ao nível dos meios, mas também dos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo,*

*mas também destruição de valores e supressão de capacidade criadora.”*

(FURTADO,1980:XI)

Para tanto, o dividimos em 4 seções: 1. Visão de Conjunto, 2. Da geração do produto social ao processo de acumulação, 3. O Capitalismo e 4. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.

### **1. Visão de Conjunto**

A primeira questão que nos colocamos foi a de por onde começar e de que maneira reatar e restabelecer as relações entre as diversas partes de sua teoria? A resposta, mesmo que parcial, à essa dificuldade, foi a de apresentar uma modesta visão de conjunto de sua teoria, de modo a indicar alguns traços do que seria o seu “esboço fundamental”. Em outras palavras, tentaremos estabelecer algumas das preocupações que de alguma forma permearam o extenso e tortuoso caminho de construção de sua teoria. Esse constituirá, portanto, um passo preliminar ao estudo de suas reflexões

Em diversas obras<sup>1</sup>, Celso Furtado expressou sua insatisfação com a compreensão dos fenômenos do desenvolvimento e subdesenvolvimento alcançada pela ciência econômica ortodoxa. Sua preocupação nunca foi a de criticar aprofundada e extensivamente essa abordagem, mas propor a necessidade de um quadro conceitual mais amplo para o estudo do tema. Implícita à idéia de insuficiência da análise econômica encontrava-se a recusa de Celso Furtado em considerar o desenvolvimento um fenômeno estritamente econômico. De modo que propor um quadro conceitual mais amplo foi também uma forma de sugerir um outro objeto de estudo, no qual outras dimensões da realidade social também

---

<sup>1</sup> Entre elas, estão: FURTADO(1980); FURTADO(1964); FURTADO(1976)

estivessem presentes. A construção dessa nova perspectiva teve como ponto de partida considerar o desenvolvimento um processo histórico.

Para que possamos entender o significado de se considerar o desenvolvimento um processo histórico, devemos nos voltar a algumas idéias-chave desenvolvidas por Celso Furtado. A primeira delas é a de estrutura. Em Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado, ao tratar da construção de modelos em economia, escreveu:

*“(...) um modelo linear, (...) permite determinar os valores numéricos de um vetor de variáveis(endógenas), a partir dos valores conhecidos de outro vetor de variáveis(exógenas). A forma como o segundo vetor determina o primeiro, ou seja, o conjunto de relações precisas entre as variáveis constitui a matriz estrutural do modelo. Se os valores dos parâmetros são especificados, as relações entre as variáveis assumem características precisas definindo se uma estrutura.”(FURTADO,1974:81)*

O fato de Furtado se referir apenas aos modelos matemáticos em economia, se por um lado, restringe a idéia de estrutura àquelas relações quantificáveis, por outro, permite que ela seja definida com bastante precisão. Essa precisão, ao explicitar o essencial da idéia, nos auxilia a compreender a idéia de estrutura, menos restrita e mais abstrata, apresentada em Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Ali, ela é apresentada como a representação de uma totalidade mediante o estabelecimento de um conjunto coerente de relações estáveis entre os elementos que a compõem.

Se adicionamos uma dimensão temporal às estruturas, colocando-as em movimento, chegamos à idéia de processo, como um encadeamento de fatos. Definir, portanto, o

desenvolvimento como um processo significa considerá-lo não um destino, mas um caminho a se trilhar. No mesmo sentido, as características de um país identificado como desenvolvido, em um dado momento, não podem ser confundidas com o desenvolvimento em si, sendo apenas a manifestação desse processo. Por sua vez, a especificidade de um processo qualquer deve ser encontrada na forma assumida por suas estruturas ao longo do tempo. Para isso, Furtado introduziu a dimensão histórica em sua visão da realidade social.

Podemos identificar em Furtado, pelo menos, três sentidos em que desenvolvimento e subdesenvolvimento podem ser interpretados como processos históricos. O sentido mais geral é o de associar o histórico à possibilidade de mudança, não apenas nos valores das variáveis de determinada estrutura social, mas mudanças em suas relações fundamentais. Essa possibilidade de mudança decorreria da natureza essencialmente criativa e ativa que caracteriza o ser humano para Celso Furtado. Desta maneira, ao mesmo tempo em que a realidade social apresenta certa estabilidade, expressa na idéia de estrutura, ela estaria permanentemente sujeita a transformações. É isso que Furtado quer dizer com: *“o futuro, (...), não pode ser derivado da informação contida na estrutura e nas relações de causalidade comprovadas pela experiência passada”*(FURTADO,1980:43). Neste primeiro sentido, portanto, o processo de desenvolvimento é considerado histórico por não se tratar apenas da reprodução e continuidade de estruturas sociais pré-existentes, mas da transformação e do surgimento de novas.

Outro sentido a ser explicitado é o da história como totalidade. Em *Dialética do Desenvolvimento*, Hegel é apontado como aquele que inaugurou essa perspectiva, apresentada por Furtado da seguinte maneira:

*“Cada período histórico teria um caráter próprio que unificaria todas as instituições de uma época, tais como religião, política e artes, etc. Uma modificação fundamental introduzida em qualquer dessas instituições teria repercussões em todas as demais; mas tais modificações não se produziram de forma caótica, e sim, como resposta a outras modificações anteriores e dentro de uma lógica cujo princípio básico traduziria o fato de que os processos históricos se produzem por contrários”.*(FURTADO, 1964:13)

No excerto acima, a idéia de totalidade é apresentada em duas dimensões, uma sincrônica e outra diacrônica. Sincrônica por que, num mesmo período, as instituições entre si guardariam certa coerência, conformando um todo, e diacrônica por que as instituições de um período anterior manteriam um vínculo com as do presente, condicionando suas trajetórias. Para Furtado, a forma que assume essa coerência entre as instituições em um dado momento e o tipo de condicionamento observado ao longo do tempo poderiam ser expressos em termos de uma determinada lógica de transformação do todo social.

Essa visão de totalidade explicaria o porquê Furtado recusou uma abordagem estritamente econômica do desenvolvimento. Para ele, não se compreendem as modificações na estrutura econômica de uma sociedade sem relacioná-las com o processo de transformação global no qual estas estão inseridas. Faz-se necessário a formulação de hipóteses que fundamentem a interação entre cada esfera da realidade social, em outras palavras, que se proponha uma teoria da mudança social, como pano de fundo para o estudo do desenvolvimento. É este argumento que identificamos na seguinte crítica aos modelos econômicos apoiados na concepção de equilíbrio:

*“(...) na medida em que o analista se esmerava no estudo das condições de equilíbrio à base de relações funcionais instantâneas, incapacitava-se mentalmente para captar os fenômenos econômicos em desenvolvimento, como aspecto de um processo mais amplo de mudança social, cujos contornos somente são perceptíveis no contexto de uma realidade histórica, isto é, partindo-se de alguma imagem figurativa do todo social e de seu comportamento no tempo”.* (FURTADO,1964:23)

Para compor suas hipóteses gerais acerca da lógica da mudança social, Furtado recorreu às idéias de alguns autores. Em mais de uma obra, ele assume explicitamente a influência do modelo de causação circular de Myrdal, segundo o qual :

*“(...) a interferência de todo fator novo num processo social tende a provocar uma cadeia de reações no sentido do impulso inicial”. E “uma modificação subsequente de sentido desse processo deve ser atribuída à ação de outro fator autônomo. As modificações secundárias ou terciárias tendem a reforçar o impulso inicial, razão pela qual a realidade social se apresenta sob a forma de processos causais em cadeia”.*  
(FURTADO,1980:34)

Ao conceber o desenvolvimento como uma trajetória, ao mesmo tempo em que aceitava a complexidade e a interdependência dos elementos que compõe a totalidade social, Furtado já caminhava para uma lógica da mudança como a de Myrdal. Isto é, uma lógica que pressupõe a existência de fatores capazes de condicionar a transformação das

demais esferas sociais, ou seja, de algum fator que indique a direção dos processos de mudança. Afinal, não se constrói uma trajetória sem alguma direção prévia. A partir dessa interpretação, a direção do processo social dependeria da natureza do novo fator que foi introduzido no sistema e de sua força para interferir em sua direção, assim como do surgimento ou não de outros fatores autônomos também capazes de interferir na direção do processo.

Além disso, a interdependência que a idéia de totalidade estabelece entre o passado e o futuro, relativa por comportar mudanças estruturais, fundaria o terceiro sentido dado por Furtado ao caráter histórico do desenvolvimento. Esse terceiro sentido é o do histórico como aquilo que é específico a cada formação nacional, uma vez que essa interdependência levaria as sociedades a se diferenciarem pelos contextos em que estão inseridas, tendo, portanto, de enfrentar desafios específicos ao seu desenvolvimento. É este sentido que justifica o surgimento do subdesenvolvimento como uma área de formulação teórica independente, por um lado, e a necessidade de estudos voltados exclusivamente para cada país, por outro. As reflexões de Furtado sobre questões dessa natureza revelam sua clareza quanto ao problema dos limites da generalidade que alcançava e poderia alcançar a teorização em economia. Mesmo que se possam questionar as respostas que Furtado encontrou para essas questões, mas não é menos verdade que a maioria dos economistas hoje nem se quer a levam em consideração.

Dentro da discussão sobre a lógica dos processos de mudança social, Celso Furtado introduziu a cultura como a dimensão comum, o lócus em que interagem, todas as esferas da realidade social. A dimensão cultural abarcaria, portanto, desde os processos produtivos, as técnicas e as ciências até os sistemas de valores, as manifestações artísticas e as relações de dominação, presentes em cada sociedade. É por meio dela, dividida entre cultura

material e cultura não-material, que se concretizaria a idéia de interdependência entre os elementos que compõem as sociedades. É neste sentido que Furtado afirma:

*“As mudanças sociais tem sua explicação básica na introdução de inovações, que podem ter origem endógena na cultura, ou serem tomadas de empréstimo a outras culturas. Sabendo-se que os elementos básicos de uma cultura guardam entre si relações de interdependência, cabe admitir que a introdução de inovações em algum daqueles elementos tende a repercutir no conjunto, provocando uma série de reações”.*

(FURTADO,1964:24)

Assim, ao contrário daqueles que vem a discussão sobre cultura como uma peculiaridade, ou um apêndice ao pensamento do economista Celso Furtado, a dimensão cultural está inteiramente imbricada e coerente com sua visão do desenvolvimento como um processo histórico.

O esboço apresentado até aqui, do desenvolvimento como um processo histórico, traçou em linhas gerais alguns dos princípios que nortearam as reflexões de Furtado sobre o tema. Sinteticamente, esses princípios propõem que se analise o desenvolvimento como uma das trajetórias que podem assumir os processos de mudança global das realidades sociais. Sendo estas últimas concebidas como totalidades complexas, compostas por estruturas interdependentes e condicionadas pela evolução de suas circunstâncias históricas. É esse universo que Furtado não se viu capaz de explorar por meio da teoria econômica convencional e que o levou a adoção de novas categorias analíticas.

## 2. Do excedente social ao processo de acumulação

Portanto, nosso ponto de vista é o de que, para Celso Furtado, desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam casos particulares de um fenômeno mais geral: o movimento de transformação das sociedades. De acordo com essa hipótese, a reconstrução de sua teoria deve compreender, pelo menos, duas etapas. A primeira consiste em estabelecer os elementos que compõe esse fenômeno genérico. Em outras palavras, identificar as características comuns que nos permite agrupar um conjunto de fenômenos sob uma mesma classificação: a de processos de mudança social. A segunda etapa, é a de determinar as características que tornam este ou aquele caso, fenômenos particulares. Percorrer essas duas etapas pode ser visto como um movimento que parte dos elementos gerais válidos para uma vasta gama de sociedades e épocas, em direção a casos específicos, localizados espacial e temporalmente. Nesta seção nos ateremos a primeira etapa.

Ao debruçar-se sobre as atividades econômicas, Furtado voltou seu olhar ao todo social e seu funcionamento, deixando de lado o foco das ciências econômicas ortodoxas, centrada nos agentes individuais e suas interações<sup>2</sup>. Para Furtado, esta segunda abordagem teria contribuído para “(...)ocultar o elemento de poder que existe nas decisões econômicas, assimilando-as a “automatismos” ou “mecanismos” cujas leis deviam ser “descobertas” e escrupulosamente respeitadas”(FURTADO,1976:30). Seu desafio foi exatamente o de re-inserir o sistema econômico nas estruturas de poder. Realizar essa operação significou, em primeiro lugar, abrir mão daquelas categorias analíticas que, apesar de bem definidas e amplamente utilizadas pelos economistas, ocultariam as relações de poder que permeiam as

---

<sup>2</sup> “A falta de uma teoria da acumulação deve-se atribuir ao fato de que a ciência econômica, longe de evoluir para uma explicação dos processos sociais globais, haja tendido a restringir o seu campo de observação, limitando-se a estudar a racionalidade de agentes visualizados isoladamente.”(FURTADO,1980:12)

atividades econômicas. Ao invés disso, Furtado retomou categorias e construiu novas capazes de explicitar tais relações. Com esse propósito, resgatou o conceito de excedente social, o que o levou a reformular a noção de acumulação, e passou a apreender a atividade econômica a partir de três momentos distintos: o da geração, da apropriação e da utilização de determinado produto social. São essas as fundações de sua teoria do desenvolvimento e que buscaremos apresentar a seguir.

### **O excedente social**

Em Prefácio a Nova Economia Política, o autor constrói o conceito de excedente tendo como ponto de partida os fenômenos da divisão social do trabalho e da estratificação social. O primeiro deles, por permitir ganhos de produtividade, garantiria que o resultado final do esforço laboral de um grupo fosse superior à soma dos esforços individuais isolados. O avanço da divisão social do trabalho explicaria, desta forma, a ampliação progressiva do produto social, quantidade de bens e serviços disponíveis a determinada sociedade. Obviamente, essa ampliação do produto social seria condição necessária para a elevação do bem-estar material de cada indivíduo, o que explicitaria a relação de dependência que cada membro estabelece com o todo social. Essa interdependência, presente na noção de produto social, implica que este último deva ser entendido, não como a soma dos produtos individuais, mas como o resultado de um esforço indivisivelmente coletivo.

A idéia de estratificação social, relativa a existência de assimetrias no consumo dos grupos sociais, retrataria que a distribuição do produto, apesar deste ser gerado coletivamente, é desigual. Isto porque essa distribuição nada mais seria que o resultado da disputa pelo produto entre grupos sociais concorrentes. Deste ponto de vista, sua

distribuição final refletiria a estrutura de poder que organiza as relações em cada sociedade. A distribuição desigual do produto pode se manifestar completamente em desníveis nos padrões de consumo, neste caso, o fenômeno da estratificação social não implicaria a criação de um excedente. É só quando o consumo corrente de determinada sociedade não absorve a totalidade do produto social é que o excedente é formado. Para se referir a esse limite ao consumo corrente, Furtado estabeleceu o conceito de custo de reprodução da população<sup>3</sup>. A capacidade, por parte dos grupos dominantes, de fixar certo custo de reprodução da população determinaria a dimensão do excedente social. Em outras palavras, a formação do excedente dependeria de que “(...) os sistemas de dominação social limitem a satisfação de necessidades básicas que a população considera como ainda não completamente satisfeitas”. (FURTADO,1980:48)

A existência de um excedente social está na base de qualquer processo de transformação porque ao contrário da parcela do produto comprometida com a reprodução simples da sociedade, o custo de reprodução da população, o excedente não possui aplicação pré-definida. Ele abre, desta maneira, um horizonte de opções a partir do qual os homens podem transformar sua realidade. Controlar o excedente é, portanto, decidir sobre a sua utilização e desta forma traçar a trajetória de transformação de cada sociedade. Voltemo-nos então a questão do controle do excedente social. Logicamente, num primeiro momento, aqueles grupos sociais responsáveis pela formação do excedente, são os que dele se apropriam. Nada impede, contudo, que depois de formado o excedente, outros grupos venham a disputá-lo.

---

<sup>3</sup> “Trata-se apenas de reconhecer que toda sociedade estabelece padrões básicos de consumo que asseguram a sobrevivência e a reprodução de seus membros, padrões que não são independentes do nível da acumulação realizada no passado, nem da capacidade da massa trabalhadora para valorizar o próprio trabalho.” (FURTADO, 1976:20)

## **A apropriação do excedente social**

A luta pela apropriação do excedente se dá segundo duas formas primárias, quais sejam: a autoritária, baseada na coação, e a mercantil, em que a captação ocorre no quadro das operações de troca. Uma primeira diferença entre elas é que enquanto a apropriação autoritária do excedente depende do uso da força, *“o intercâmbio cria condições para que um grupo social, que não usa necessariamente a coação, aproprie-se de uma parte do produto”*(FURTADO,1976:33). Historicamente, nos diz Furtado, a apropriação do excedente por meio da escravidão, dos tributos e da mobilização para a guerra, exemplos da primeira forma, precederam a segunda.

Observa-se, neste sentido, que o desenvolvimento do intercâmbio, em todas as partes, foi possibilitado pelo excedente apropriado pela via autoritária. Graças a ela, dispêndios em segurança e infra-estrutura garantiram condições mínimas para o florescimento das atividades mercantis. De fato, existiria uma relação de complementaridade entre as duas formas de apropriação. Por um lado, a extração autoritária do excedente pode assegurar sua eficácia pela ameaça ou pelo uso da violência, enquanto a via mercantil depende da aceitação das regras que organizam as trocas. Por outro, a apropriação mercantil abre margem à ampliação do excedente, ao estimular a especialização e a divisão social do trabalho, enquanto a via autoritária tende a encontrar seu limite nas dimensões desse mesmo excedente.

Apesar da complementaridade entre a via mercantil e a via autoritária de apropriação do excedente, tendeu-se ao predomínio de uma ou de outra forma. Este fato é de extrema relevância, uma vez que sua formação e utilização não estão dissociadas da

forma de sua apropriação. Celso Furtado observa que foi onde predominou a forma mercantil de apropriação do excedente que surgiram as condições necessárias para o aparecimento das formações sociais de tipo capitalista. A compreensão dessa relação exige que avancemos no estudo da utilização do excedente e do processo de acumulação.

Vimos acima que o desnível nos padrões de consumo e a formação do excedente social são duas faces de um mesmo processo de distribuição do produto social segundo determinadas estruturas de poder. Assim, ao construir sua teoria do excedente, Furtado estabeleceu, já nas bases de sua interpretação do desenvolvimento, uma estreita vinculação entre as dimensões política e econômica. É importante nos atentarmos para a natureza desse vínculo. Apesar de distinguir os fenômenos econômicos, dos fenômenos de poder, esses não poderiam ser vistos como esferas separadas que mantêm contato apenas em suas fronteiras. Para Furtado, na verdade, ao mesmo tempo em que a atividade econômica só se constitui e se desenvolve através das relações de poder, é ela que garante, como veremos mais a frente, a perpetuação dessas relações. Para a análise das sociedades contemporâneas, esse aspecto ganha importância ainda maior, pois:

*“A desconcentração do poder que caracteriza a formação sócio-política capitalista produz a ficção de que o “político” e o “econômico” são de natureza distinta, e que a apropriação do excedente não se funda no exercício de um poder e sim na prestação de um “serviço”, na eficiência, na aceitação de riscos e coisas similares.” (FURTADO,1976:38)*

Decifrar determinada trajetória de mudança significava desvendar as formas em que o excedente foi utilizado ao longo do tempo. Por isso, é em sua utilização que o excedente revela plenamente o papel central que desempenha na teoria do desenvolvimento de Celso Furtado<sup>4</sup>. Pelo menos em dois sentidos ele é o elemento motor das transformações sociais. Por um lado, porque é na sua utilização que se realiza o processo de acumulação e, por outro, porque ele permite a manifestação da criatividade humana. Qual a visão de Furtado acerca desses dois fenômenos? De que maneira eles interagem? Essas são as questões que buscaremos abordar em seguida.

### **A perspectiva meios e fins**

Antes de explorarmos a utilização do excedente social, cabe apresentar o critério fundamental de Furtado no estudo desse tema: a distinção entre meios e fins. Para ele, este é o ponto de partida de qualquer comportamento racional. Afinal, *“o comportamento é tanto mais racional quanto mais facilmente se obtêm os fins almejados, dados os meios disponíveis”*(FURTADO, 1980:43). Ao observar sob essa perspectiva a utilização do excedente, esse autor buscou submeter os processos de transformação das sociedades aos critérios da racionalidade humana.

Por um lado, os processos de mudança social, dentre os quais incluem-se os casos de desenvolvimento, são para Furtado o resultado de dinâmicas coletivas, por assim dizer “não-intencionais”<sup>5</sup>. Por outro, como veremos mais a frente, subdesenvolvimento e

---

<sup>4</sup> “É porque dispõe de meios, que lhe abrem um horizonte de opções, que o homem inova. Essa margem de manobra tem seu fundamento na existência de um excedente de recursos criado pela divisão social do trabalho. Concebido dessa forma ampla, o conceito de excedente surge como a pedra angular do estudo do desenvolvimento”.(FURTADO, 1984:106)

<sup>5</sup> Com isso me refiro exclusivamente ao fato de que não foi com o objetivo explícito de se desenvolver que os países desenvolvidos alcançaram tal status.

desenvolvimento são resultados complementares de um mesmo processo histórico “não-intencional”. Daí a importância da análise histórica realizada com base nessa distinção. Apenas a partir da delimitação entre meios e fins, as sociedades subdesenvolvidas poderiam estabelecer com clareza quais objetivos perseguir e a partir deles quais os meios mais adequados para alcançá-los. Em outras palavras, essa distinção é um dos pré-requisitos para se romper com a “não-intencionalidade” da dinâmica coletiva responsável pelo subdesenvolvimento e sua perpetuação.

O pano de fundo dessa preocupação é a orientação prática da produção intelectual<sup>6</sup> de Celso Furtado. Isto porque o estudo dos fenômenos do desenvolvimento foi sempre explicitamente defendido por ele como parte de sua contribuição ao esforço de compreensão e superação do subdesenvolvimento. Dentro deste contexto, a introdução do par “meios e fins” deve ser interpretada como parte da busca das nações subdesenvolvidas pelo controle de seus destinos. Tratava-se de identificar quais as variáveis que permitiriam a cada país controlar a direção, a intensidade e o ritmo de suas trajetórias de mudança social. Assim, chamamos atenção também para o fato de que a reconstituição das trajetórias dos países desenvolvidos nesses termos enquadrava-se exclusivamente em sua abordagem teórica e não deve ser confundida como uma tentativa de atribuir um anacrônico e elevado grau de racionalidade aos agentes históricos. No caso dos países subdesenvolvidos, contudo, Furtado não via outra saída para a armadilha do subdesenvolvimento, além da efetivação de um grau mais elevado de racionalidade como guia das transformações sociais.

Devemos, também, enfrentar duas questões mais gerais sobre a utilização do excedente na teorização de Furtado. Ambas cruciais para a compreensão dos processos de

---

<sup>6</sup> A influência do pensamento de Max Weber foge ao escopo desta monografia.

acumulação e de introdução de inovações. Em primeiro lugar, trataremos da relação entre apropriação e utilização do excedente e, depois, da relação entre os antagonismos sociais e a utilização do excedente social.

### **A relação entre apropriação e utilização do excedente**

Furtado partiu da apropriação do excedente como o momento de definição dos grupos sociais responsáveis pela sua utilização. Dado que as estruturas de poder vigentes, como já pudemos observar, definem quais os grupos são favorecidos na distribuição do produto, os gastos com a perpetuação dessas estruturas foi sempre uma forma prioritária de utilização do excedente. O objetivo de conservar e fortalecer o poder nas mãos de grupos dominantes, observa Furtado, deu origem a diferentes formas de utilização do excedente. Na seguinte passagem, o autor toca nessa questão:

*“Demais, deve-se ter em conta que, enquanto o tributo é consequência do poder da classe ou comunidade dominante, o lucro comercial constitui a fonte de prestígio e do poder da classe comerciante. Assim, quanto maior o poder, maior seria a massa de tributo conseguida. Daí as inversões em expedições guerreiras. No caso do comércio, quanto maior o lucro, maior seria o prestígio e o poder. Daí o desejo de expandir cada vez mais esse comércio.”(FURTADO,1975:150)*

Acima é reforçada a idéia de que tanto a evolução dos conflitos políticos, quanto a expansão das relações de mercado estiveram ligadas ao esforço de determinados grupos sociais em consolidar e ampliar suas posições privilegiadas na luta pela apropriação do

excedente<sup>7</sup>. Mas, mais importante aqui, é o fato de que a utilização por cada grupo social de sua parte do excedente relaciona-se com as formas de apropriação que prevalecem em cada sociedade. Podemos acrescentar ainda que a utilização do excedente no presente tende a condicionar a apropriação e a utilização do excedente no futuro, no sentido de que os gastos com “expedições guerreiras” determinam opções para a utilização do excedente distintas daquelas abertas por gastos com “expansões do comércio”.

A importância de tais questões se torna evidente se observarmos uma diferença central entre as duas formas de apropriação. Isto é, se observarmos que o excedente aplicado em atividades ligadas a apropriação autoritária – “expedições guerreiras” por exemplo – só é capaz de ampliar a captação do excedente alterando a repartição de um produto social pré-existente. Ou seja, arbitrando sobre o custo de reprodução da população, o qual, e este é o ponto central, não pode ser reduzido indefinidamente. Enquanto a utilização do excedente voltada para a apropriação mercantil – como as “expansões do comércio” – é capaz de aumentar o excedente por meio do crescimento do próprio produto social. É o que argumenta Furtado na seguinte passagem:

*“Em si mesmo o intercâmbio não gera um excedente, mas ao abrir a porta à elevação de produtividade ele cria as condições para que o excedente venha a formar-se. Convém ter em conta que se trata de elevação da produtividade econômica, a qual não requer necessariamente câmbios nas técnicas de produção, decorrendo da simples especialização e/ou do aproveitamento de vantagens naturais.”*

---

<sup>7</sup> “Os economistas observaram esse processo histórico pelo seu lado externo, como difusão da economia de mercado, quando em realidade se trata de uma evolução ao nível das estruturas de poder que controlam a apropriação do excedente”(FURTADO,1976:39)

Portanto, a capacidade de ampliar o excedente, de cada forma de apropriação, deve ser vista como um dos determinantes, não só do resultado na disputa pela apropriação do excedente, mas também na definição da utilização final deste. Essa questão será retomada e adequadamente explorada a medida em que avançarmos em direção a sua visão sobre o processo de acumulação e tratarmos do surgimento do capitalismo. Voltemo-nos, agora, a outro aspecto da utilização do excedente.

### **Antagonismos sociais e utilização do excedente**

Ao explicar as desigualdades na distribuição do produto social pela imposição de formas de apropriação do excedente, tratamos de enfatizar as relações de dominação estabelecidas entre os diferentes grupos sociais num dado momento do tempo. Se, no entanto, partirmos de uma visão de processo, de uma perspectiva da dinâmica social, as relações de dominação podem ser vistas como conflitos resultantes da tentativa de se alterar o equilíbrio de forças sociais prevalecente. Frente a isso, devemos nos atentar a necessidade de considerar as vinculações entre as formas de apropriação e a utilização do excedente, apresentadas anteriormente, sempre inseridas no âmbito de tais conflitos. É, portanto, somente na interação entre forças sociais antagônicas que se define a utilização final do excedente do ponto de vista da sociedade como um todo. Neste sentido, Furtado afirma:

*“O núcleo central do estudo dos câmbios sociais que chamamos de desenvolvimento econômico consiste, portanto, no conhecimento dos processos sociais pelos quais se definem a importância relativa do excedente e a utilização final deste. Como esses processos são o resultante da interação*

*de forças antagônicas, compreende-se a importância que tem no estudo desses aspectos da dinâmica social o conhecimento das diversas formas de antagonismos entre grupos e classes” (FURTADO, 1976:25)*

Os antagonismos sociais responsáveis pela definição da *“importância relativa do excedente e a utilização final deste”* são divididos por Furtado em dois tipos gerais: (a) os ligados ao custo de reprodução da população e (b) os ligados a destinação final do excedente. Os do tipo (a) relacionam-se a tentativa de elevação do custo de reprodução por parte dos menos favorecidos na distribuição do produto social. Já os antagonismos sociais do tipo (b) referem-se aos conflitos entre os diferentes grupos dominantes, que buscam definir o projeto de vida da coletividade. Este projeto, na visão de Furtado, seria *“a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma do sistema de dominação social”*(FURTADO,1980:49).

Definido pelos grupos dominantes, o projeto de vida da coletividade passaria a ser compartilhado e perseguido pela maioria de seus membros graças a sua expressão no plano cultural, ou seja, graças ao estabelecimento de um sistema de valores coerente ao referido projeto. Ao delimitar *“os fins que persegue o homem”* e assim dar *“coerência às distintas formas de ação”*, os sistemas de valores também permitiriam a redução do custo social da repressão<sup>8</sup>, pois contribuiriam para a aceitação geral não apenas do projeto de vida coletivo, mas também do patamar estabelecido como o custo de reprodução da população.

---

<sup>8</sup> “Em todas as culturas existe um segundo plano de controle, que permeia todo o processo de socialização do indivíduo e assume a forma de um sistema de valores, cujos principais vetores de transmissão são a religião e a família, graças ao qual o custo social da repressão pode ser consideravelmente reduzido” (FURTADO,1976:29)

## O processo de acumulação

Numa primeira aproximação, a acumulação pode ser entendida como o processo resultante da geração e utilização sucessiva de excedentes sociais. Neste sentido, a idéia de acumulação auxiliaria-nos a melhor qualificar o que vínhamos chamando de processo de mudança social, pois ela explicita uma dimensão oculta, isto é, o fato de que toda ruptura é sempre em relação a algum estado anterior, definido por aqueles elementos de continuidade, que sobrevivem ao tempo. São eles o resultado e concomitantemente a base, em constante ampliação, do processo acumulativo.

Esquemáticamente, graças a acumulação realizada em infra-estrutura e segurança abriu-se margem para o desenvolvimento da atividade mercantil, a qual permitiu a concentração de recursos que posteriormente alimentariam o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, algum tipo de acumulação pode ser encontrada em diversas civilizações, nas mais diferentes épocas. Não é se limitando a essa acepção ampla, portanto, que o processo acumulativo nos auxiliará a compreender os fenômenos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Observando o processo de acumulação a partir da perspectiva “meios e fins”, Furtado chegou a uma distinção entre as esferas em que acumulação se realiza: a produtiva e a não-produtiva. A acumulação na primeira esfera corresponderia “*ao aumento da capacidade do sistema de produção concebido em sentido amplo, incluída a sua infra-estrutura física e a capacidade humana para operá-lo*”(FURTADO, 1980:54). Se identificarmos o bem-estar de cada sociedade com a consecução dos fins que se colocam e, considerarmos que quanto maior a capacidade do sistema de produção, mais ao nosso alcance está qualquer fim almejado, percebemos a importância da acumulação na esfera produtiva.

Já a acumulação na esfera não-produtiva refere-se a *“infra-estrutura urbana, residencial, nos bens de consumo duráveis, nos monumentos, templos e casa de diversão, nos sistemas de segurança, no desenvolvimento da capacidade humana não ligada às atividades produtivas”*(FURTADO, 1980: 54). Ou seja, é na esfera não produtiva que se concretiza o projeto de vida de cada coletividade e, portanto, é essa acumulação a razão pela qual existe e é importante a acumulação na esfera produtiva. Enfim, a acumulação produtiva estaria associada a ampliação dos meios disponíveis, enquanto a acumulação não-produtiva à consecução dos fins coletivamente estabelecidos.

A partir da distinção entre esses dois eixos, Furtado pôde definir a noção de estrutura de acumulação, que descreve, para um dado período, qual parte do excedente é utilizada em cada esfera. Uma vez que, a intensidade e o ritmo da acumulação na esfera não-produtiva, no presente, depende da intensidade e do ritmo da acumulação produtiva realizada no passado, a estrutura de acumulação de cada sociedade revelaria a maior ou menor adequação intertemporal entre os meios disponíveis e os fins perseguidos por cada uma.

A questão que se coloca é o que determinaria a estrutura de acumulação em cada sociedade. O fato de se acumular na atividade produtiva ou em templos, na formação de exércitos ou na construção de infra-estrutura, não seriam resultados de decisões aleatórias. Como tentamos mostrar anteriormente, o que delimita a utilização do excedente e, portanto, a própria estrutura de acumulação em determinada época e sociedade são as formas vigentes de luta pela apropriação do excedente. Retomamos aqui a questão da diferenciação entre a apropriação mercantil e a autoritária, de forma que a predominância de uma ou outra liga-se a distintas estruturas de acumulação. Mais adiante, desenvolveremos melhor essa questão para tentarmos compreender a visão de Furtado sobre o capitalismo.

Para compreendermos de que maneira as estruturas de acumulação relacionam-se com as diferentes trajetórias de transformação das sociedades, precisamos introduzir o papel das invenções na cultura material e não-material.

### **A invenção cultural**

Para Celso Furtado, a criatividade é inerente aos seres humanos. A partir do momento em que o excedente social emerge, ela pode se manifestar. Do ponto de vista da utilização do excedente, isso corresponde a introdução de inovações. O processo inovativo também foi observado segundo a perspectiva “meios e fins” e acompanhou a separação entre produtivo e não-produtivo estabelecida em sua interpretação do processo de acumulação. Neste caso, a inovação não produtiva, na esfera dos fins, introduziria uma mudança de caráter qualitativo nas sociedades, uma vez que implicaria a criação de novos valores. Já a inovação produtiva, no âmbito dos meios, seria responsável por uma mudança de caráter quantitativo, por referir-se a criação de métodos produtivos mais eficazes.

A interação ao longo do tempo entre o processo acumulativo e a introdução de inovações delinea a trajetória de mudança de cada sociedade. Vejamos como se dá essa interação. Por um lado, acumular é o mesmo que criar, ampliar e re-inverter o excedente social, ao mesmo tempo, quanto maior o excedente re-invertido em determinada atividade, maior o espaço aberto para a manifestação da criatividade humana. Portanto, as estruturas de acumulação refletem de que forma cada sociedade aplica sua capacidade criativa. Afinal, quanto maior a acumulação produtiva, espera-se que mais recorrentes sejam as inovações técnicas, analogamente, quanto maior a acumulação não produtiva, espera-se que mais recorrente seja a criação de valores.

Por outro lado, os impactos das inovações na esfera produtiva e na esfera não-produtiva sobre os respectivos processos acumulativos são distintos. Uma inovação técnica que garanta ganhos de produtividade amplia o excedente, o que permite a intensificação do processo acumulativo na esfera produtiva. Tal intensificação, por sua vez, alimenta ainda mais o desenvolvimento de novos métodos produtivos, e assim sucessiva e progressivamente. Isto porque, a cada inovação, os ganhos de produtividade alcançados somam-se aos ganhos de produtividades anteriores. Já as inovações no âmbito dos valores acrescentam a um patrimônio cultural não homogêneo que se traduz não na ampliação do excedente mas, sim, em novos fins que poderão alterar, ou não, a utilização final do excedente e, portanto, a própria trajetória de transformação.

Temos, portanto, que a importância das inovações na esfera produtiva decorre do fato de que são elas as responsáveis pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, pelos ganhos de produtividade que possibilitam a progressiva intensificação da acumulação, tanto produtiva, quanto não-produtiva. Porém, não se pode perder de vista que, da mesma maneira que o único propósito da acumulação produtiva é o de garantir a acumulação não-produtiva, as inovações tecnológicas também servem unicamente a consecução dos fins coletivamente estabelecidos.

Como pudemos observar, a perspectiva “meios e fins”, a partir da qual desenvolvemos a questão da invenção cultural até aqui, corresponde a um nível de abstração no qual Furtado deixa de lado a influência das estruturas de poder. Por isso, resta ainda nos atentarmos para o fato de que:

*“Para entender o processo de inovação em uma cultura necessitamos inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais. Como*

*compreender os monumentos, as obras de prestígio, as indumentárias decorativas que absorveram grande parte da atividade criativa em tantas culturas sem ter em conta a necessidade de legitimação dos sistemas de poder” (FURTADO, 1980:45)*

Ou seja, para que possamos compreender o papel das inovações na visão de Furtado, precisamos “*inserir os agentes da criatividade nas estruturas sociais*”. Isto corresponde a considerar, em relação as sociedades estudadas: as condições vigentes de luta pela apropriação do produto social, as condições momentâneas da relação de forças entre os grupos sociais concorrentes e a interação entre a estrutura de acumulação e os suas heranças culturais. Aqui se torna nítida a relevância das considerações preliminares que tecemos a respeito da perspectiva “meios e fins”. É necessário que se distinga claramente a abordagem teórica de Furtado, da análise histórica que dela provem. Pois, apesar da acumulação produtiva de fato favorecer a consecução de quaisquer fins, Furtado não pretende explicar o seu advento na história das civilizações pela tomada de consciência dos povos quanto a centralidade da inovação tecnológica para a progressiva ampliação do excedente social.

### **3. O capitalismo**

Vale lembrar que a tarefa a que nos propusemos foi a de reconstruir a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, por meio de um movimento que partiria de seus elementos gerais, válidos para uma vasta gama de sociedades e épocas, até os casos específicos, localizados espacial e temporalmente. Concluímos, até aqui, a primeira etapa, ou seja, apresentamos, de maneira breve, os elementos gerais que conformam sua visão

sobre os processos de transformação das sociedades. Cabe, agora, iniciarmos a segunda. Esta consiste em estabelecer a especificidade dos movimentos de transformação das sociedades contemporâneas. Como já foi mencionado, as preocupações de Furtado culminam nas especificidades da trajetória de mudança dos países identificados como subdesenvolvidos.

De um ponto de vista lógico, esta etapa poderia se estender indefinidamente, uma vez que inúmeros níveis de especificidade podem ser propostos. Contudo, na teoria do desenvolvimento de Furtado, podemos definir três principais planos de especificidade, além da visão de conjunto já apresentada: a transformação social nos países capitalistas, a transformação social nos países capitalistas desenvolvidos, e a transformação social nos países capitalistas subdesenvolvidos. A cada nível de especificidade que Furtado penetra, ele, ao mesmo tempo, aplica em suas análises históricas os conceitos já formulados e constrói novos a partir das próprias análises e dos conceitos utilizados. É, por isso, que para se apreender sua visão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento temos de ter clara sua interpretação do capitalismo, que por sua vez, pressupõe a compreensão dos movimentos de transformação das sociedades. Passemos agora para a sua visão de capitalismo.

Como já foi notado, os processos sociais para Celso Furtado são sempre fenômenos multifacetados e inter-relacionados. Assim, sua visão do capitalismo desdobrou-se sobre vários planos da existência humana. Uma possível forma de iniciar a exposição de suas idéias, porém, é observar o capitalismo como o resultado das transformações desencadeadas pelo crescente domínio nas estruturas de poder daqueles grupos sociais ligados a forma mercantil de apropriação do excedente. Dadas as possibilidades quanto a

ampliação do produto social, abertas pela forma mercantil de apropriação<sup>9</sup>, o avanço das atividades comerciais tendeu a assumir um papel cada vez maior no processo acumulativo. Assim, a transformação necessariamente conjunta da estrutura de acumulação e da distribuição do produto social, traduziu-se em modificações nas relações de força no plano do sistema de poder. Em suas palavras:

*“(...)o intercâmbio estimula a especialização e um uso mais intenso dos recursos disponíveis, portanto aumenta a produtividade social. Por outro lado, ao fazer interdependentes produtores individuais, ou grupos de produtores, o intercâmbio coloca os intermediários em posição de força..”*

(FURTADO, 1976:38)

As implicações para Furtado desse novo posicionamento das classes mercantis no sistema de poder, só ficam claras ao considerarmos a expansão das atividades comerciais também como um processo de ampliação do espaço da racionalidade instrumental na luta pela apropriação do excedente. Para ele, as classes mercantis são os principais interessados no avanço dessa racionalidade instrumental<sup>10</sup>. Isto, porque essas classes fundavam sua apropriação do produto social no lucro, o qual depende da capacidade de se maximizar a diferença entre o preço de venda e o preço de compra. Daí, que o avanço das atividades comerciais foi visto, ao mesmo tempo, como o avanço de seus critérios e racionalidade na

---

<sup>9</sup> Ver pp.14

<sup>10</sup> “(...)a invenção cultural tende a ordenar-se em torno de dois eixos: a) a ação do homem e b) os fins a que o homem liga a própria vida. É o que desde Weber se tem chamado de *racionalidade formal* ou *instrumental* e *racionalidade dos fins* ou *substantiva*. A invenção diretamente ligada à ação supõe a existência de objetivos ou fins previamente definidos. Ela nos dá a *técnica*. A invenção ligada aos fins, aos desígnios últimos, nos dá os *valores*, os quais podem ser morais, religiosos, etc éticos etc.” (FURTADO, 1980:X)

determinação da distribuição e utilização do excedente social. É neste sentido que afirma Furtado:

*“Uma vez criada a situação estrutural de interdependência, os intermediários podem impor condições. O excedente que eles estão em condições de extrair tende a ser tanto maior quanto menor é a margem de manobra deixada àqueles que participam do intercâmbio. Era natural, portanto, que os intermediários se empenhassem, de uma ou outra forma, em reduzir essa margem de manobra, inclusive mediante o controle direto do sistema de produção.”* (FURTADO, 1976:38)

Portanto, o controle direto do sistema de produção foi interpretado por Furtado como consequência do movimento de expansão dos critérios mercantis - da racionalidade instrumental - num contexto de disputa pela apropriação do excedente. Dois foram os principais desdobramentos desse processo.

Por um lado, submeter a produção aos critérios mercantis significou transformar os ingredientes da produção em mercadorias, ou seja, em elementos “(...) *passíveis de serem visualizados abstratamente, comparados, reduzidos a um denominador comum, submetidos ao cálculo*(...” (FURTADO, 1980:4). Se observarmos a força-de-trabalho como um dos elementos transformados em mercadoria, constataremos que o controle do sistema de produção pelas classes mercantis alterou profundamente as relações sociais que pautavam a atividade produtiva. Nas palavras do autor:

*“o principal interlocutor do capitalista deixa de ser um membro da estrutura de dominação social, ou uma entidade com direitos inalienáveis, para ser um trabalhador isolado, facilmente substituível em razão da simplicidade da tarefa realizada”*(FURTADO, 1980:4)

Por outro lado, o controle do sistema de produção pelas classes mercantis, possibilitou a reinversão sistemática do excedente - apropriado durante o período de expansão das atividades comerciais - no sistema produtivo, ou seja, fez do sistema produtivo espaço prioritário do processo de acumulação. Essas duas conseqüências, em conjunto, transformaram o processo acumulativo em geral em processo de acumulação de capital, ou seja, fizeram da acumulação também o mecanismo de apropriação do excedente por parte das classes dominantes.

### **A acumulação no sistema produtivo**

A mudança na estrutura de acumulação, favorecendo o sistema produtivo, e as transformações nas relações de produção foram duas faces do movimento de penetração dos interesses e da racionalidade mercantis na esfera produtiva. Enquanto a mudança na estrutura de acumulação colocava recursos e criatividade humana a serviço da maior eficiência produtiva – e do lucro -, a alteração nas relações de produção garantiam à estrutura produtiva suficiente flexibilidade para incorporar inovações tecnológicas. Isto porque, a alteração nas relações de produção consistiu em gradativamente desestruturar as relações feudais na agricultura, e, a base corporativa da manufatura artesanal.

O deslocamento das rígidas tradições que pautavam a reprodução da população no passado, revelou uma massa populacional incapaz de prover o seu sustento e *“(...) na total*

*dependência da criação de emprego por parte da pequena minoria que controla o processo de acumulação.*”(FURTADO, 1976:43). Associada a introdução de máquinas e a divisão social do trabalho em tarefas, a abundância de trabalhadores nessa situação tornava-os mão-de-obra barata e incapaz de impor quaisquer interesses. Além de potenciais consumidores. Assim, a alteração do sistema de poder, das bases técnicas e das relações de produção ia estabelecendo, progressivamente, as condições para que a acumulação de capital atuasse como mecanismo de desenvolvimento das forças produtivas.

A acumulação no sistema produtivo, concebida como o “(...)aumento da capacidade do sistema de produção(...)”(FURTADO, 1980:54) não é um processo específico do capitalismo. A incorporação de novas área para cultivo na agricultura feudal, por exemplo, pode ser considerada parte de um processo de acumulação no sistema produtivo. O que distingue esse processo no capitalismo é a posição central que ele adquire na reprodução do sistema de dominação social, ou seja, é a sua identidade com o processo de acumulação de capital. É para isso que Furtado nos chama a atenção na seguinte passagem:

*“Nas formações sociais capitalistas a estrutura de poder se funda no controle do excedente que permanece incorporado aos processos econômicos, de intercâmbio ou diretamente produtivos. Portanto, o controle do capital substitui a coação direta, base da apropriação nas outras formações sociais.”(FURTADO, 1976:36)*

Assim, capital é excedente social, mas um excedente que, controlado por uma minoria, precisa ser sistematicamente acumulado, pois, é por meio de sua ampliação que

os capitalistas mantêm a posição privilegiada que ocupam na distribuição desigual do produto. No capitalismo, a estrutura de poder, da qual depende a desigualdade distributiva inerente ao sistema, se alicerça, por um lado, num aparelho ideológico-coercitivo, que zela pela estabilidade das regras que pautam a vida em sociedade, como, por exemplo, o respeito à propriedade privada. É a isso que Furtado se refere na seguinte passagem:

*“Controlar e dirigir o sistema de produção é um dos caminhos de acesso aos privilégios que proporciona a apropriação de excedente. Ora, a estrutura social que cria essas posições de privilégio constitui a expressão de um sistema de poder. A luta pela apropriação do excedente é, em sua origem, um esforço de implantação de certo sistema de dominação social e, em seguida, um empenho para preservar o controle das instituições que asseguram a estabilidade da estrutura social, particularmente o Estado, a Igreja, os partidos políticos, os mass media.”(FURTADO, 1980:66)*

Por outro lado, é no desenvolvimento das forças produtivas que se alimenta a legitimidade da divisão capital-trabalho, traduzida em termos da repartição do excedente no par salários-lucro. Assim, ao mesmo tempo, a estrutura de poder que responde pela perpetuação das relações sociais que caracterizam a formação sócio-política capitalista não exclui a existência de antagonismos entre agentes e grupos sociais. Tais antagonismos, pelo contrário, continuam sendo o elemento motor da dinâmica social. E, são eles que explicam, em última instância, tanto a tendência a reinvenção sistemática do excedente no processo de acumulação, quanto a manutenção em aberto da possibilidade de mudança da formação sócio-política. O fato é que acumulação de capital é a forma assumida pelo processo

acumulativo quando este se desenrola sob determinadas estruturas sociais<sup>11</sup>. Nessas condições, o processo acumulativo funciona, ao mesmo tempo, como a própria reprodução das desigualdades sociais, dos privilégios de uma minoria, e como mecanismo acelerador do processo de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas.

### **O desenvolvimento das forças produtivas**

Assim, submetido aos interesses da classe capitalista, a acumulação no sistema produtivo elevou sistemática e progressivamente a capacidade de produção do sistema. Não apenas de forma extensiva - como em nosso exemplo da agricultura feudal -, mas também, e principalmente, de forma intensiva. Da ótica da divisão social do trabalho, esse processo correspondeu ao aprofundamento de sua dimensão diacrônica ou intertemporal. Ou seja, a elevação da capacidade do sistema produtivo se realizou pelo aumento da contribuição do trabalho realizado no passado, incorporado nos bens de produção, no resultado final do trabalho no presente.

A esse processo Furtado chamou de desenvolvimento das forças produtivas que, em suas palavras, nada mais é do que “(...)a adoção de formas mais racionais de comportamento ao nível desses grupos intertemporais que constituem o sistema de produção.”. Neste sentido, como já havíamos observado, o desenvolvimento das forças produtivas corresponde a ampliação da capacidade dos homens em perseguir quaisquer que sejam os fins a que se propõem.

---

<sup>11</sup> “Prosseguir com a acumulação significa, portanto, encontrar as condições para metamorfosear recursos econômicos em capital. Visto de outro ângulo: a sociedade capitalista, para preservar suas características essenciais, necessita de unir à capacidade de postergar o uso de uma parte dos recursos de que dispõe essa outra capacidade de transformar o que acumula em capital, vale dizer, em recursos remunerados” (FURTADO, 1980:7)

Visto de outro ângulo, o desenvolvimento das forças produtivas é o resultado da aceleração do processo acumulativo associado a adoção de novas formas organizacionais e novas técnicas produtivas. A introdução de inovações na atividade produtiva, ao aumentar a produtividade do sistema, está na origem da intensificação do processo acumulativo. Ao mesmo tempo, essa intensificação estimulou e fortaleceu o próprio desenvolvimento de técnicas produtivas ainda mais eficientes. Neste contexto, a combinação de acumulação e inovação num mesmo movimento de acumulação de capital é o que explica a identidade entre esta última e o desenvolvimento das forças produtivas.

Uma das dimensões da interpretação de Furtado sobre esse fenômeno já foi apontada acima: isto é, como o aumento da racionalidade ao nível da atividade produtiva leva a melhores condições para se alcance os fins da coletividade. Mas, cabe também nos perguntarmos o que explica essa identidade entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação de capital. Os benefícios que essa identidade trouxe em termos de desenvolvimento das forças produtivas não pode ser confundido com os fatores que levaram a sua concretização, uma vez que, o contexto em que ela se dá é o de conflito entre os diferentes grupos sociais pela apropriação do excedente.

### **O papel das inovações na acumulação de capital**

Para isso, antes de mais nada, devemos observar que a acumulação de capital responde prioritariamente aos interesses das classes dominantes em perpetuar suas posições de poder na apropriação do produto social. Mas, como observou Furtado:

*“(...) não se deve esquecer que o agente controlador da atividade produtiva ocupa posições que estão sob permanente ameaça. Em primeiro lugar está*

*a ameaça dos concorrentes internos e externos, cujo objetivo tanto pode ser deslocá-lo da posição que ocupa no mercado como obrigá-lo a aceitar uma situação subordinada. Por outro lado, está a pressão dos agentes que interferem nos seus custos de produção.” (FURTADO, 1980:66)*

Ou seja, as decisões dos agentes responsáveis pelo processo de acumulação devem ser interpretadas à luz dos antagonismos que marcam a dinâmica social no capitalismo. São eles, os conflitos pela apropriação do excedente entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, ou os conflitos capital-trabalho, e, os conflitos pela apropriação do excedente entre os detentores dos meios de produção, ou os conflitos capital-capital, ou ainda a concorrência inter-capitalista.

Aqui, retomamos a distinção entre os dois tipos primários de antagonismos sociais: os ligados ao custo de reprodução da população e os ligados a destinação final do excedente. Esses dois tipos primários poderiam se expressar tanto nos conflitos capital-trabalho, quanto nos conflitos capital-capital, se isso ocorre, ou não, depende da capacidade do arcabouço institucional, ideológico e coercitivo, que os envolve, em sobre-determinar os parâmetros dentro dos quais esses conflitos se desenrolam. Em outras palavras, a capacidade de cada grupo de interferir no projeto de vida da coletividade, ou seja de travar conflitos quanto a destinação final do excedente, depende de sua posição no jogo de forças sociais.

Frente a esses antagonismos, Furtado identificou dois tipos de inovação. A inovação nos métodos produtivos seria uma das armas dos capitalistas individuais para se proteger, ao mesmo tempo, dos outros capitalistas e da classe trabalhadora. Quanto aos primeiros,

trata-se da redução de custos de produção na disputa pela manutenção e expansão do mercado consumidor. Como observou Furtado a esse respeito:

*“Os agentes que dirigem ou controlam as atividades econômicas na sociedade capitalista raramente estão articulados em função de objetivos preestabelecidos. Em realidade, eles competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de acumulação que é responsável, (...)”* (FURTADO, 1980:10)

Já em relação a classe trabalhadora, a inovação nos métodos produtivos responderia à necessidade de diminuir a pressão dos trabalhadores pelo aumento de salários, que do ponto de vista da sociedade como um todo, corresponde a pressão pela elevação do custo de reprodução da população. Vejamos essa questão com mais cuidado.

A força da classe trabalhadora em reivindicar aumentos salariais dependeria de seu grau de organização mas, principalmente, do nível de escassez relativa da mão-de-obra. A medida que a aceleração da acumulação impusesse uma demanda por mão-de-obra suficientemente elevada, a escassez relativa da oferta garantiria à classe trabalhadora a posição de força necessária para conseguir aumentos salariais. Neste contexto, o papel das inovações nos métodos produtivos seria o de reduzir a demanda por mão-de-obra, permitindo a continuidade do processo acumulativo mas contendo a escassez relativa de trabalhadores. Isto é, *“a pressão no sentido de reduzir a importância relativa do excedente – decorrência da crescente organização das massas assalariadas – opera como acicate do progresso da técnica ao mesmo tempo que orienta a tecnologia para poupar mão-de-obra”*(FURTADO, 1980:67)

O outro tipo de inovação, a inovação nos produtos finais corresponderia também a disputa pela manutenção e expansão de mercados consumidores entre diferentes capitalistas. E, do ponto de vista dos capitalistas individuais, a uma forma de romper a barreira a acumulação de capital imposta pela saturação dos mercados de produtos já existentes. Furtado, no entanto, se engana ao ver na saturação de mercado uma barreira a acumulação de capital do ponto de vista da sociedade como um todo. A saturação de um mercado apenas leva os capitalistas a outros mercados, sejam eles novos ou pré-existentes. Neste sentido, a acumulação de capital pode, em nossa modesta opinião, continuar simplesmente como um processo de concentração e centralização do capital. Num espaço limitado, o processo concorrencial se brutalizaria e a acumulação se tornaria um processo cíclico de destruição e reconstrução de capacidade produtiva num contexto progressivamente mais concentrado e centralizado. O que de fato permaneceria estacionário seria o aumento extensivo da capacidade de produção do sistema, acompanhando apenas o crescimento vegetativo da população.

De qualquer maneira, a inovação no âmbito da acumulação de capital corresponderia a utilização da criatividade visando a manutenção dos interesses capitalistas frente a ameaça de outros agentes e demais grupos sociais. Garantida a perpetuação da estrutura de apropriação do excedente, Furtado identificou três eixos em que o excedente é aplicado nas sociedades capitalistas: a reprodução das desigualdades sociais - ou dos privilégios das classes dominantes -, a estabilidade e legitimação do sistema de dominação social e, por fim, o desenvolvimento das forças produtivas. Essas três aplicações do excedente, como tentamos esboçar, compõem uma unidade, de modo que cada uma delas para que se realize depende das outras duas. Neste sentido, o capitalismo implica que o desenvolvimento das forças produtivas seja ele mesmo responsável pela criação e

reprodução de desigualdades sociais e, por isso, exija o suporte de um determinado sistema de dominação.

#### **4. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**

Depois de estabelecida sua visão de capitalismo, a idéia de desenvolvimento na teorização de Furtado pode tomar forma. Deste ponto em diante, portanto, a discussão sobre as trajetórias de transformação das sociedades encontra-se sob os limites do sistema capitalista. Assim, Furtado definiu o desenvolvimento nas sociedades capitalistas como a dinâmica social em que intensidade da acumulação de capital e a absorção de inovações tecnológicas é capaz de conciliar desenvolvimento das forças produtivas com homogeneização social.

Essa dinâmica é composta por dois momentos, que se repõem sucessivamente. No primeiro, o ritmo da acumulação de capital intensifica-se ao ponto de criar a situação de escassez relativa de mão-de-obra. Nesse ponto, a classe trabalhadora torna-se capaz de impor seus interesses e elevação o custo de reprodução da população, alterando, assim, a distribuição do produto social a seu favor e, portanto, reduzindo as desigualdades ou aumentando o nível de homogeneização social. Num segundo momento, a resposta da classe capitalista é a absorção de novas técnicas produtivas que restabelecem a oferta relativa de mão-de-obra, contendo a redistribuição do produto social. A absorção de novas técnicas, por outro lado, desenvolve as forças produtivas e repõem o estímulo a acumulação de capital, isto é, os privilégios da classe capitalista. Furtado sintetizou este processo da seguinte maneira:

*“Desta forma, o particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que*

*lhe é inerente apóia-se na inovação técnica. Em outras palavras: porque assegura a reprodução dos privilégios, o avanço da técnica encontra nesse tipo de sociedade todas as facilidades para efetivar-se. Mas a absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implica forte acumulação, e esta, per se, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades. Assim, a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam” (FURTADO, 1980:11)*

O resultado é que, ao longo do tempo, a forma que toma a disputa pela apropriação do excedente - tanto entre capitalistas, quanto entre capitalistas e trabalhadores - leva a progressiva elevação do produto social e a melhora das condições de vida de toda a coletividade. A cada introdução de nova tecnologia, os ganhos de produtividade que esta promove se adicionam e superam o nível de produtividade anterior. O ambiente concorrencial sob o qual se desenrola esse processo fica responsável por estabelecer uma estrutura produtiva homogênea, por meio da eliminação daquelas unidades produtivas sem capacidade de competir. Isto significa que o avanço do processo acumulativo nessas sociedades é acompanhado pela complexificação progressiva do aparelho produtivo e a introdução de inovações cada vez mais produtivas e cada vez mais poupadores de mão-de-obra.

Visto de outro ângulo, esse delicado dinamismo depende da perpetuação da proporção correta em que o produto social é dividido entre excedente e custo de reprodução da população. A parte do produto que forma o excedente deve ser suficiente para conservar o ritmo do processo acumulativo de maneira a gerar a escassez relativa de mão-de-obra

capaz de impulsionar a homogeneização social. Ao mesmo tempo, a elevação do custo de reprodução da população é o próprio processo de homogeneização. De modo que, os fatores que colocam em risco a continuidade das trajetórias de desenvolvimento são, basicamente: a sobre-utilização do excedente no processo de estratificação social, a excessiva elevação do custo de reprodução da população – ou seja, o avanço exagerado da homogeneização social - e a redução do ritmo de acumulação de capital.

O capitalismo foi observado até aqui, sem o considerar do ponto de vista histórico. Mas, para a compreensão do subdesenvolvimento na teoria de Furtado, isto de faz necessário. Celso Furtado nos ensina que é na história da formação do sistema capitalista que devemos encontrar as origens do subdesenvolvimento. Ou seja, que a ordenação das relações internacionais determinada pela industrialização de alguns países, ao estabelecer relações de dominação-dependência, correspondeu às malformações sociais características do subdesenvolvimento. Assim, cabe considerar o *desenvolvimento* e o *subdesenvolvimento* como “*situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente*” (FURTADO,1980:23)

### **O sistema centro-periferia**

Assim, dinâmica social descrita anteriormente não foi a única engendrada pelo capitalismo. As condições históricas que deram origem a esse tipo de trajetória foram observadas apenas nas regiões afetadas inicialmente pela Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. Para alguns países europeus e os Estados Unidos, o forte dinamismo do primeiro núcleo industrial significou a oportunidade de também se industrializarem, interiorizando nas suas economias os equipamentos e as técnicas inglesas. Mas, para os ex-territórios

coloniais, como a América Latina, as taxas de crescimento produzidas pela expansão industrial traduziram-se simplesmente em ativação do comércio internacional

Essa ativação do comércio mundial resultou na especialização geográfica das atividades produtivas, em que a maior parte dos países se especializou na produção de produtos primários, e passaram a constituir a periferia, e uma minoria concentrou a produção de bens manufaturados e formaram o centro do sistema. Essa divisão internacional do trabalho definiu dois padrões de incorporação de progresso técnico e duas formas de elevação da produtividade dos respectivos sistemas produtivos.

Do ponto de vista dos países que se industrializavam, as trocas internacionais não constituíram a principal fonte de aceleração do processo acumulativo, este resultava principalmente dos avanços na divisão do trabalho e no desenvolvimento de novas técnicas. Não é menos verdade, contudo, que o acesso a matérias-primas e alimentos abundantes e baratos, além da ampliação dos mercados para seus produtos manufaturados, garantiram ganhos adicionais de produtividade. A questão central é que, apesar de terem sido os responsáveis pela ampliação dos circuitos comerciais, esses países possuíam um dinamismo alimentado e reproduzido internamente. De tal forma que, a medida em que progredia a produção industrial, tanto quantitativa quanto qualitativamente, esta era acompanhada por transformações correlatas na estrutura social, que por sua vez, garantiam a continuidade do processo de geração e difusão de progresso técnico com relativa homogeneização social.

Já do ponto de vista dos países periféricos, a participação no comércio mundial era a responsável direta pelos aumentos de produtividade, pois a ampliação dos mercados para seus produtos levava a ganhos de escala e a utilização mais racional de recursos naturais e mão de obra disponíveis. Assim, o dinamismo de suas economias, ao atrelar-se

prioritariamente a demanda externa, não dependia fundamentalmente de seus próprios impulsos. Surge aí a distinção entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isto por que através do comércio mundial, os países periféricos puderam realizar a ampliação do excedente dessas sociedades sem transformações nas formas de produção, nem na estrutura de dominação.

Ocorre, no entanto, que nos países centrais, foi exatamente essa ocorrência simultânea que garantiu a compatibilidade entre diversificação do consumo e homogeneização social. De modo que, como nos mostra Furtado, a assimilação das inovações na cultura material produzidas pela acumulação no centro, traduziu-se na periferia em elevada diversificação e sofisticação do consumo de uma minoria privilegiada, ao mesmo tempo em que a maioria da população foi privada de mínimas condições de vida. Assim, na periferia, o progresso técnico aparecia, não como um dos desdobramentos e ao mesmo tempo precondição do crescimento econômico, mas como um elemento exógeno, incorporado apenas parcialmente através do consumo e sem atuar em sinergia com o sistema produtivo nacional.

Houve também, como se sabe, a incorporação de progresso técnico diretamente na estrutura produtiva de alguns países periféricos, essencialmente para aqueles especializados em atividades mineradoras. Nestes casos, contudo, o resultado não diferiu daquele descrito anteriormente, uma vez que se tratavam de atividades 'enclave' controladas normalmente por agentes estrangeiros. Isto é, a falta de articulação dessas atividades com o restante da economia, via de regra, traduzia-se na transferência quase que absoluta para os países centrais do excedente gerado em tais atividades.

Tais formas de incorporação de progresso técnico - via consumo dos grupos de altas rendas -, e de aumento de produtividade - via o crescimento extensivo com métodos

produtivos tradicionais - , constituíam as duas faces de uma mesma problemática: o mimetismo cultural de nossas elites. Dado o baixo nível de acumulação existente nestes países, o excedente social gerado pelas trocas internacionais ao ser utilizado principalmente na modernização dos padrões de consumo, não permitiu a intensificação da acumulação voltada para as forças produtivas. Do ponto de vista de um país industrializado, não priorizar a re-utilização do excedente na esfera produtiva, representaria uma ameaça à continuidade da acumulação, uma vez que o avanço das técnicas era a única maneira de superar o obstáculo da escassez relativa de mão de obra. Contudo, para as economias periféricas, a existência de um contingente populacional vivendo a margem do complexo exportador, e a abundância de recursos naturais garantiam a continuidade da forma extensiva e sob bases técnicas tradicionais do processo acumulativo. Se adicionarmos ao quadro acima o crescimento da demanda internacional por produtos primários, compreendemos como se operou a compatibilização entre padrão de consumo do centro, estrutura produtiva arcaica e heterogênea e baixo nível de acumulação.

Assim, o capitalismo também deve ser visto também como um processo de difusão de técnicas produtivas a escala mundial. Neste sentido, a introdução de tais técnicas em sociedades distintas daquelas nas quais elas foram criadas leva ao surgimento de dinâmicas sociais que ao invés de desenvolverem as forças produtivas em conjunto com a homogeneização social, são responsáveis pela perpetuação da heterogeneidade social e limites a continuidade do processo acumulativo. Isto porque, as dimensões que compõe o contexto cultural de cada sociedade são interconectadas. Assim, ao adotar novas técnicas e novos bens de consumo, ocorria também o transplante de elementos culturais estranhos as condições sociais e materiais vigentes. Levando a impossibilidade de se compatibilizar a

complexidade da estrutura produtiva, o nível tecnológico e o grau de acumulação de capital, o que resultou numa situação de dualismo da estrutura social e produtiva.

### **Conclusão**

Nossa tentativa foi a de apresentar em linhas gerais a teoria do desenvolvimento formulada por Celso Furtado. Sua contribuição como intelectual, apesar de amplamente reconhecida, tendeu a ser progressivamente deixada de lado pelos economistas. A perda de prestígio generalizada das chamadas teorias do desenvolvimento econômico certamente contribuiu para isso. Mas, em parte, isso se deve ao fato de que a obra de Furtado, em suas diferentes fases, se encontra extremamente fragmentada, espalha por diversos livros, normalmente constituídos de ensaios. Nenhum de deles dá conta de todo o universo sobre o qual Furtado se debruçou ao longo de sua trajetória intelectual. A escolha, portanto, dos cinco livros sobre o qual se concentra esta monografia é a escolha por um certo Furtado, preocupado com as intersecções existentes entre as múltiplas dimensões que comporta a vida em sociedade.

Celso Furtado era sobretudo um intelectual de visão ampla. Assim, apesar de se definir como economista, seu esforço interpretativo extrapolava as questões sobre as quais se dedica habitualmente às ciências econômicas. Essa caminho parece ter sido inevitável para um intelectual, acima de tudo, preocupado com as questões mais sensíveis à realidade brasileira. A inadequação dos instrumentos analíticos propostos pela ciência ortodoxa para a compreensão do subdesenvolvimento foi enfrentada por Celso Furtado da única maneira possível: com a construção de um novo arcabouço teórico. É de seu comprometimento com as questões realmente relevantes que, em nossa opinião, brota sua força como intelectual.

Como acontece com todo autor mal-lido, Celso Furtado é muitas vezes, nos cursos de graduação, sumariamente descartado com base nos equívocos que teria cometido em algumas de suas previsões e interpretações de análise econômica. Sem entrar no mérito da qualidade ou não desta ou daquela interpretação de Furtado, a estupidez fundamental desse comportamento reside em não perceber o que talvez tenham sido suas maiores contribuições: as questões que levantou. Suas tentativas de articular as dimensões culturais, políticas e econômicas da realidade social, por exemplo, antes de tudo, demonstram a existência de um silêncio interpretativo em torno de questões que simplesmente não poderiam ser negligenciadas, pelo menos por aqueles intelectuais supostamente comprometidos com a trágica trajetória dos povos subdesenvolvidos. Da mesma forma, as inter-relações entre a construção de um regime verdadeiramente democrático e desenvolvimento econômico, por exemplo, deveriam ocupar as mentes e corações de mutirões de intelectuais comprometidos com os seus povos. Mas, enfim, não sejamos ingênuos.

Outra dimensão incrivelmente negligenciada de sua obra é sua tentativa de desenvolver uma perspectiva a partir da dicotomia “meios e fins”. A relevância dessa perspectiva é exatamente colocar em jogo o que meio, o que é fim. Quem determina um e quem determina o outro. Levantar os rótulos dissimulados de agentes econômicos, consumidores, produtores, etc, utilizado pela ciência econômica. E revelar quais interesses se encontram por trás dos automatismos de mercado. Apesar de compartilhar a visão de que a sociedade se move no desenrolar de disputas de poder, suas idéias mantinham sempre um pacto com a esperança na capacidade da humanidade em, com o auxílio da razão, construir um mundo mais próspero e justo. Mas, enfim, não sejamos ingênuos.

## **Bibliografia**

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_ *Cultura e dependência em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

\_\_\_\_\_ *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_ *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_ *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

\_\_\_\_\_ *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.